

Memória feminina: a FNFi e a ditadura militar brasileira

Ana Carolina Sade Pereira da Silva, UNIRIO
anacarolina@ifcs.ufrj.br

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre o papel da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) e das instituições originadas com o seu desmonte, bem como sobre o movimento estudantil e o papel dos estudantes e das instituições de ensino durante o período da ditadura militar brasileira, enfatizando o papel do gênero feminino nesse processo. É importante ressaltar que a pesquisa ainda está em desenvolvimento, por isso, alguns dados ainda não foram analisados. As entrevistas às estudantes da FNFi ainda estão em andamento, o que impediu que algumas análises pudessem ser feitas neste trabalho.

A FNFi e o IFCS

O IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) é fruto da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). A FNFi é organizada em 1939, pelo então ministro Gustavo Capanema, fazendo parte da então Universidade do Brasil. Na exposição de motivos, do decreto-lei que organiza a Faculdade, o ministro assinala que ela “representa sem dúvida um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação.” Ela é composta por quatro seções fundamentais, que são: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, além de Didática.

Os cursos são agrupados em ordinários e extraordinários, sendo os primeiros voltados à obtenção do título de bacharel ou de licenciado e os demais são cursos avulsos, de aperfeiçoamento, de especialização e de doutorado¹.

A FNFi é instituída através do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, e tem como finalidades:

- Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;

¹ Disponível em: <<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>>

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

- Preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- Realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.

Em 1948 é implementado o curso de Jornalismo. Podemos notar que a FNFi já era quase uma universidade. Em 1946 desaparecem as seções da FNFi, passando a denominar-se de Departamentos. Também nesse ano é aprovado o seu segundo Regimento pelo Conselho Universitário e sua direção e administração passam a ser exercida pela Congregação, Diretoria e o Conselho Departamental. Em 1962, é implementado na faculdade o curso de Psicologia. A estrutura aprovada em 1946 perdura até a extinção da Faculdade, em 1968, nela prevalecendo grande concentração de poder no âmbito das cátedras².

A extinção da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1968, foi provocada pela reforma universitária de 1966 e a aprovação do Ato Institucional nº 5, em 1968. Ela foi dissolvida e seus departamentos reorganizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com isso, originaram-se da FNFi: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática, Instituto de Psicologia, Instituto de Química e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

O IFCS é fruto de uma reforma universitária e de uma época bastante peculiar. O Brasil estava passando pelo início da sua ditadura militar, que foi implantada através de um golpe em 31 de março de 1964. Em 1966, o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da ditadura, implementa a reforma universitária, através do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Uma reforma contraditória, já que, por um lado, é inovadora e, de outro, altamente conservadora. Inovadora porque acaba com a cátedra vitalícia, dá mais flexibilidade ao ensino, reorganiza as Universidades, cria novas Universidades nos estados que não possuem, reformula as instâncias superiores das Universidades. As Universidades eram reformuladas, mas muitos professores, alunos e funcionários foram cassados, torturados, presos, mortos, por terem idéias contrárias ao regime. Além disso, a própria reformulação foi algo instituído, não discutido em conselhos Universitários nem em qualquer outro local onde a discussão pudesse ocorrer. Enfim, tivemos avanços, mas de maneira extremamente contraditória, embora inerente à própria idéia de golpe. Na realidade, segundo Fernando Henrique Cardoso (1972), a reforma educacional realizada no período de 1967-1968 era tecnocrática e visava justamente a modernização da mão-de-obra e a preparação do Brasil para a entrada de empresas estrangeiras, cuja tecnologia de produção era mecanizada e mais especializada do que a nacional.

A história do ensino superior brasileiro é construída nessa dualidade poder versus modernização, provocando mudanças, algumas positivas, mas sempre baseado na imposição. Em

² Disponível em: <<http://www.proedes.fe.ufsj.br/arquivo/fnfi.htm>>

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

1968 a reforma universitária de 1966 é completada com a aprovação do Ato Institucional nº 5. Nesse mesmo ano a Faculdade Nacional de Filosofia é extinta e seus departamentos reorganizados, criando, entre outras instituições, o IFCS. O IFCS é abrigado numa casa na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo, até 1969, quando se muda para o Casarão do Largo de São Francisco, que mantém sua tradição de abrigar instituições de ensino sua importância na história científico-tecnológica e da evolução do ensino superior brasileiro. O Instituto teve não somente a presença de militares em suas instalações vigiando as aulas dadas e qualquer outro evento que manifestasse suspeita, mas também professores, alunos e funcionários perseguidos, cassados, presos, mortos. Sofreu também períodos de intervenção, nos quais a direção do Instituto ficou sob a responsabilidade do governo militar. Enfim, o período ditatorial foi um momento bastante conturbado e de profundas alterações para o IFCS, que só começou a se reerguer no início dos anos de 1980, quando ocorre a passagem do período militar para a democracia.

Com o fim da ditadura militar, o IFCS passou por um momento de profundas transformações. Como sofrera intervenções e a direção ficara, praticamente, na mão do governo militar, com o fim da ditadura funcionários, professores e alunos tiveram que se reorganizar. Paralelo a isso, não podemos esquecer que nessa época os sindicatos, sucateados pela ditadura, voltaram a se reerguer e recomeçar a sua reconstrução e luta. Assim, o IFCS como outras instituições de ensino, principalmente, teve que se reconstruir, com base nas reformas e modificações feitas em 20 anos de ditadura militar.

Hoje, vemos no IFCS ainda uma instituição de debates, críticas e lutas. Embora não seja a única instituição a ser combativa, percebemos um engajamento maior do que entre outras áreas da própria UFRJ. Talvez o motivo sejam as áreas sediadas no IFCS (História, Filosofia e Ciências Sociais), já que são cursos que estudam e questionam o indivíduo e a sociedade. Por não ser um trabalho de História, não vamos entrar em discussões de eventos e manifestações que ocorrem ainda hoje no IFCS por motivos diversos.

O movimento estudantil

Ao final da década de 1950, os estudantes e outros grupos como intelectuais, políticos, militantes de partidos, clérigos e militares, começaram a infundir entre as massas noções de interesses de grupo ou de classe, idéias sobre o papel do Estado e o caráter positivo de alguns objetivos nacionais. Essa conscientização das massas visava despertar a consciência de seu valor a fim de prepará-las como participantes e beneficiárias da mudança social (p. 282). O complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) / IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática),

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

criado para fortalecer e permitir o processo que levaria ao golpe militar tinha como um de seus objetivos, justamente, não permitir que alianças entre classes fossem feitas.

Em 1961, a UNE (União Nacional dos Estudantes) passa a integrar o bloco nacional-reformista e passa a ser um importante componente, ainda que eventual, da Frente de Mobilização Popular. Crescia, também, a participação da Ação Popular dentro do movimento estudantil, tendo a UNE vários líderes da AP na sua presidência.

A UNE elabora, também, dois importantes documentos: a Declaração da Bahia (1960) e a Carta do Paraná (1962). A Declaração da Bahia representou um importante marco no desenvolvimento político do movimento estudantil. Esse documento trazia algumas reflexões sobre a situação do país, mostrando alguns problemas e apontando caminhos para sua solução.

Por outro lado, a Carta do Paraná é, segundo Dreifuss, um dos mais importantes documentos do movimento estudantil. Ela reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que ocorreu em 1962, na cidade de Curitiba. A reforma universitária foi incluída como “esquema tático de luta”, como parte das reformas básicas (p. 283). Mas o mais importante dessa proposta é que ela representava um ponto de partida para uma eventual aliança política entre trabalhadores, estudantes e camponeses, na medida em que o movimento de reforma universitária estivesse vinculado a outras reivindicações populares. A UNE sintetizou sintetizar as reivindicações de seu programa de luta universitária como a necessidade de “expandir a aliança Estudante – Operário – Camponês” (p. 283).

A elite orgânica desenvolveu uma campanha dura de contenção e desarticulação dirigida a UNE e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários). O IPES dava seu apoio a essas ações através de assistência financeira, técnica e administrativa, que iam desde a participação nas eleições estudantis até o patrocínio de viagens aos Estados Unidos para estudantes (p. 283). Percebendo que essas ações não estavam sendo suficientes para a contenção da UNE e da UBES, o IPES percebeu que era vital a necessidade de se infiltrar elementos que fizessem parte do grupo que atendia aos interesses da elite orgânica na população estudantil militante. Essa foi vista como uma forma fundamental de se conseguir informações e definir estratégias com relação ao movimento estudantil. O IPES também percebeu a importância em se desenvolver a ação política através de professores, que eram os elementos permanentes da estrutura organizacional.

O IPES percebeu que era importante que suas idéias emanassem dos próprios grupos estudantis, de dentro pra fora. Conseguiu, no Rio de Janeiro, se infiltrar na ação estudantil através do Centro Acadêmico Machado da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade de Direito.

O complexo IPES/IBAD dava apoio financeiro às atividades eleitorais, bem como provia experiência política, cobertura através da mídia, distribuía material de propaganda contra a UNE,

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

treinava ativistas, patrocinava jornais estudantis, entre outras medidas para controlar o que era divulgado pelo movimento estudantil.

Em 1963, o movimento universitário fica cada vez mais ligado à esquerda e o trabalhismo e passa a ascender politicamente. A UNE se engaja cada vez mais politicamente e socialmente, tomando parte de várias questões consideradas importantes nacional e internacionalmente. Os estudantes também se comprometem cada vez mais com a sociedade, participando de ações como alfabetização de adultos, entre outros. A UNE desenvolvia, também, forte campanha política nas classes trabalhadoras de todo o país. Esse engajamento materializa os princípios e ideologias da UNE que vimos anteriormente, objetivos esses que visam a grande aliança Operário – Estudante – Camponês.

O IPES cria outra forma de controle do movimento estudantil e propaganda positiva para suas atividades: a instituição do Departamento de Estágios. O Departamento colocava os estudantes em interação direta com os empresários e propiciava aos estudantes a prática do mundo dos negócios e ao seu universo de valores comerciais e ideológicos (p. 288). Também patrocinava feiras de livros, que serviam para distribuir publicações que o IPES julgava que deveriam ser divulgadas.

Mas o marco principal na luta ideológica do IPES contra o movimento estudantil foi o lançamento do livro *UNE – instrumento de subversão*. O livro fazia um relato de atividades esquerdistas nas universidades, sendo que seu maior alvo era a FNFi, da qual o IFCS se origina. No período de 1960 a 1964, a Faculdade Nacional de Filosofia assumia papel de liderança no movimento estudantil, ponta de lança de politização e conscientização e o fórum para intelectuais como Jean Paul Sartre e para políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes levarem ao movimento estudantil suas idéias e atividades. O que se passava na FNF causava óbvias repercussões no país, dado seu papel de diapasão das atividades estudantis e dado também o fato de que o diretório dos estudantes era controlado por um dos mais ativos blocos esquerdistas-trabalhistas, liderado por Enylton de Sá Rego. O livro tornava-se, assim, bastante útil para desabonar os ativistas envolvidos e sua atuação. E isso ele se propôs fazer plenamente. (p. 289)

Como pudemos ver, a FNF era muito forte politicamente e precisava ser controlada. A autora do livro, Sônia Seganfredo, foi convidada a cooperar com o IPES e a publicação de seu livro foi uma ação importante do IPES de conter o movimento estudantil e denegrir a reputação da UNE. Neste fato, vemos uma atuação feminina importante na ditadura militar, nesse caso, a favor da ditadura. Xavier (2004) analisa o papel das mulheres na ditadura militar como indivíduos, independente do gênero. Não há, para ela, diferenciação de papéis porque não há diferença de ideais. Porém, não podemos ignorar o fato de que a mulher ainda sofria com os preconceitos sociais, o que acaba alterando, de certa forma, sua participação no movimento estudantil. A mulher ainda é considerada sexo frágil, o que a deixa limitada para certas ações. Funções de poder também ainda não são delegadas a mulheres, nem mesmo no Partido Comunista.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

A UNE continuava seu caminho, aumentando ainda mais sua tendência para a esquerda trabalhista. Além disso, em março de 1964, o presidente João Goulart assina um decreto de desapropriação e outro que nacionalizava refinarias privadas de petróleo. A UNE viu nesses decretos a concretização da sua luta pela reforma agrária e o fortalecimento da aliança Camponês – Estudante – Operário. Essas conquistas caíram por terra três dias depois com a intervenção militar, a destituição de João Goulart, invasão das universidades, prisão de líderes estudantis e interdição da UNE. Era dado o golpe militar.

A partir daí, o movimento estudantil continuou existindo, mas praticamente às escondidas, já que passou a ser combatido com extrema violência por parte do governo. Em 1968, como vimos, a FNFi é extinta e transformada. Nasce o IFCS, que agrega também o ICS (Instituto de Ciências Sociais). Com o AI-5, a professora Marina São Paulo de Vasconcellos, última diretora do ICS e primeira do IFCS, é destituída do cargo e o Instituto sofre intervenção do governo, passando a ser dirigido por ele. A intervenção mais dura vai até 1979, com a volta dos professores anistiados, e vai até o fim do regime ditatorial, quando o Instituto e as Universidades no geral voltam a ter autonomia.

Considerações finais

Procuramos fazer, no presente trabalho, um pequeno histórico do movimento estudantil brasileiro e seu papel durante o período da ditadura, enfocando a FNFi e o IFCS.

Pudemos perceber que o movimento estudantil e as universidades em si tiveram alguns ganhos com as medidas da reforma universitária. Alguns procedimentos extremamente burocráticos foram extintos ou adequados, entre outros. Mas a Universidade perdeu um pouco sua essência de discussões científicas, políticas e sociais, tornando-se altamente tecnocráticas. Podemos perceber isso com a desvalorização, por exemplo, dos cursos da área de Humanidades e a alta valorização, por outro lado, dos cursos tecnológicos.

Também observamos a desvalorização da universidade frente à sociedade. Com acesso difícil e restrito e pouca participação nas questões sociais, a sociedade vê a universidade, principalmente a pública, como algo inalcançável.

Bibliografia

BARATA, Mário. Escola **Politécnica do Largo de São Francisco**: berço da engenharia brasileira. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, 1973. 112p.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 50-82.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, pp. 25-495.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. Apresentação. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/historico.htm>. Acesso em: 17 jul. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola politécnica. História. Disponível em: http://www.poli.ufrj.br/sobre_a_poli_historia.html. Acesso em: 17 jul. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade. Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi. Disponível em: <http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>. Acesso em: 14 jul. 2008.

XAVIER, Elisabeth. Trajetórias de ex-presas políticas da ditadura militar. In: _____ **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.207-218.